



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 161 / XIII / 4.ª SL

Aos sete dias do mês de fevereiro de 2018, pelas catorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato de Mesa e coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. Apreciação, discussão e tentativa de consensualização dos seguintes Votos:

[De condenação Deputado Ninsc](#) (Relativamente a ameaças à integridade física de titulares de cargos políticos e ativistas dos direitos humanos no Brasil;

[De Solidariedade n.º 725/XIII – PS](#) (Com o povo venezuelano e de preocupação pela situação política);

[De Solidariedade n.º 726/XIII – PSD](#) (Com o Povo Venezuelano e a Comunidade Portuguesa na Venezuela)

[De Solidariedade n.º 728/XIII – PCP](#) (Com o povo venezuelano e a comunidade portuguesa na Venezuela e de condenação da posição assumida pelo Governo português de apoio ao golpe de Estado em curso contra a República Bolivariana da Venezuela);

[De Solidariedade n.º 729/XIII – CDS-PP](#) (Para com a Comunidade Portuguesa na Venezuela e de Saudação aos esforços para a transição democrática naquele País).

3. Outros assuntos

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, o qual deu as boas-vindas aos presentes, tendo informado, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, a distribuição à Comissão dos Projetos de Resolução números 1954 | XIII | 4 (BE) _ Recomenda ao Governo a Assinatura e Ratificação do Tratado de Proibição de Armas Nucleares, e 1958 | XIII | 4 (PAN) _ Recomenda ao Governo que ratifique o Tratado de Proibição de Armas Nucleares.

Embora ausentes da reunião, os Grupos Parlamentares em apreço comunicaram formalmente a sua intenção de ver as suas iniciativas discutidas em Plenário.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No **Ponto 2.**, começou o Senhor Presidente por apresentar, sumariamente, os Votos distribuídos à Comissão pela Mesa do Plenário, para tentativa de consensualização, tendo seguidamente relembrado a génese e finalidades deste procedimento, tendo salientado o papel que o Senhor Presidente da assembleia da República desenvolveu na sua institucionalização.

A discussão começou pelo **Voto n.º 717/XIII/4.^a**, para cujo efeito foi dado a conhecer o convite em tempo formulado ao Senhor **Deputado Paulo Trigo Pereira (NINSC)**, a fim de poder apresentar a sua iniciativa em Comissão, e a quem, para tal efeito, foi concedida a palavra. Neste seguimento, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira aludiu às motivações da sua iniciativa e seus antecedentes, tendo destacado a posição convergente da Comissão dos direitos Humanos dos Estados Ibero-americanos, acerca da matéria. Informou, ainda, que o PAN e o PEV haviam já manifestado o seu apoio à iniciativa, além de outros Deputados que pretendem igualmente subscrevê-la.

Seguidamente, registaram-se intervenções dos Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD), tendo referido não existir interesse nem espaço para qualquer consensualização. O PSD, afirmou, sempre condenou este tipo de perseguições, mas não concorda com a individualização deste caso, pois o que se pretende é condenar o Estado brasileiro, no seu todo. Mais informou que o seu Grupo Parlamentar dará liberdade de voto nesta matéria.

Lara Martinho (PS), para informar que o PS não subscreve este Voto, embora condene todas as situações atentatórias das liberdades políticas, em geral. Informou, ainda, que o seu Grupo votará a iniciativa formalmente em Plenário.

João Gonçalves Pereira (CDS/PP), para declarar que o CDS se revê na posição manifesta pelo PSD.

Em resultado, não houve solução consensualizada.

Relativamente aos restantes Votos, alusivos à situação na Venezuela, procedeu-se à respetiva apresentação, tendo o senhor Presidente instado os Deputados-coordenadores presentes a um esforço de aproximação de posições.

Intervieram os Senhores **Deputados**:

João Oliveira (PCP) para afirmar que o seu Grupo Parlamentar manterá a sua iniciativa tal como está, não vendo qualquer margem para consensualização de posições.

João Gonçalves Pereira (CDS-PP), para afirmar que o CDS manterá o seu voto, por existirem expressões na redação dos restantes, sobre as quais não existe acordo



possível, designadamente, as relativas ao papel do Governo português na crise venezuelana.

José Cesário (PSD) para sublinhar o entendimento de que, nesta matéria, por se tratar de uma questão de Estado, ao qual o Parlamento deve saber dar um sinal à sociedade. Mais referiu existirem contactos com o PS no sentido da adoção de um texto comum, iniciativa esta que está aberta aos restantes Grupos.

Nuno Magalhães (CDS-PP), para reiterar a posição do seu Partido.

Lara Martinho (PS), para confirmar o interesse e a possibilidade de adoção de um texto comum de substituição dos Votos do PS e do PSD.

Interveio o Senhor **Presidente**, para salientar a vantagem em conseguir um texto que seja suportado maioritariamente, tendo lembrado o processo da passada semana, cujo desenrolar em Plenário, não constitui o melhor exemplo, pretendendo-se que o mesmo se não repita no caso atual.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

Nuno Magalhães (CDS-PP), tendo referido que este tipo de procedimento de consensualização não pode afastar o direito e o interesse dos Partidos em ver votadas as suas propostas. No caso do CDS, em particular, trata-se de, na presente matéria, dar seguimento à afirmação política de uma posição que já vem de longe.

Lara Martinho (PS), para sublinhar que o objetivo do seu Partido era o de conseguir negociar uma redação conjunta com o PSD e o CDS, o que não viria já a ser possível.

Posto o que, acordaram os Grupos Parlamentares numa redação para um Voto conjunto acerca da matéria em discussão, acarretando na apresentação de um voto de substituição, consumindo os Votos números 725 e 726, o qual foi remetido aos Serviços da Comissão, para os fins devidos.

Transitados para o **Ponto 3.**, informou o Senhor Presidente ter descido à Comissão para emissão urgente de Parecer, um pedido de assentimento para deslocação a Madrid, Reino de Espanha, nos dias 19 e 20 de fevereiro do corrente ano, a fim de participar no *World Law Congress*, organizado pela Associação Mundial de Juristas.

Submetido a votação, o projeto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do BE.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas quinze horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 18 de setembro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

- João Oliveira
- José Cesário
- Nuno Magalhães
- Sérgio Sousa Pinto
- Lara Martinho
- Paulo Neves
- Paulo Trigo Pereira
- Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 26/03/2019.